



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019

PROCESSO Nº 1020/2019

EDITAL

O Município de Ijuí – Poder Executivo, através da Coordenadoria de Compras (COPAM) da Secretaria Municipal da Fazenda, torna pública a realização da seguinte licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo **menor preço**, para contratação de empresa para realização de concurso público municipal, de acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Executivo nº 3.986/07 e aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 (e alterações posteriores) e no que couberem, as disposições da Lei Complementar nº 123/06 (e alterações posteriores) e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria:

SESSÃO 19/09/19
HORÁRIO 13h45min
LOCAL SALA DE LICITAÇÕES DA COORDENADORIA DE COMPRAS (COPAM)
RUA DO COMÉRCIO, Nº 921, ESQUINA COM A RUA IRMÃOS PERSON,
CENTRO, IJUÍ/RS

1 DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste pregão a contratação de empresa para realização de concurso público municipal.

1.1.1. Os serviços deverão ser executados conforme especificações técnicas descritas na Requisição Interna nº 064/2019 – SMA (Anexo IX deste edital) e no Termo de Referência (Anexo X deste edital).

1.2 Da requisição interna:

Requisição
1.023/2019



Requisição Interna
04-064-2019

2 DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA DO CRÉDITO

2.1 A despesa desta licitação correrá pelo seguinte crédito:

Órgão
04 Secretaria Municipal de Administração

Unidade
0401 Coordenadoria Geral

Função
4 Administração

Sub-função
122 Administração Geral

Programa
2 Gestão dos Serviços Administrativos

Projeto/Atividade
2 16 Manutenção dos Serviços Administrativos

Despesa	Código fonte de recurso	Nome fonte de recurso
6811	1	Recurso Livre - Administração Direta Mun

Categoria econômica
339039480000

SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

3 DO ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- 3.1 Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação a presente licitação ou impugnar o edital, em conformidade com o disposto no art. 41 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 3.2 Os pedidos de esclarecimentos ou dúvidas deverão ser encaminhados através do e-mail **copam.editalis@ijui.rs.gov.br**.
- 3.2.1 Os pedidos de impugnação deverão ser encaminhados por via física e original à Coordenadoria de Compras (COPAM), localizada na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000 ou através do e-mail **comissaolicitacoes@ijui.rs.gov.br**.
- 3.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar a alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas será, então, designada nova data para a realização desta licitação.
- 3.4 A impugnação, feita tempestivamente pelo licitante, não obstará sua participação nesta licitação, até a decisão definitiva.

4 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 4.1 Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem a todas as exigências deste edital.
- 4.2 Será vedada a participação de interessados declarados inidôneos para licitar e contratar com o poder público e/ou suspensos de participar de licitações realizadas pela Administração Pública.

5 DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO

- 5.1 Os documentos inerentes ao presente certame licitatório deverão ser entregues diretamente ao pregoeiro, no momento da abertura da sessão de pregão, que ocorrerá no dia 19/09/19 às 13h45min, na Sala de Licitações da Coordenadoria de Compras (COPAM), localizada na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000, não sendo admitida a participação de licitante que se apresente após a abertura da sessão de pregão.
- 5.1.1 O licitante que não participar da sessão de abertura da licitação deverá protocolar os envelopes no Setor de Protocolo da COPAM, localizado na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000, impreterivelmente, até as 13h45min do dia 19/09/19.
- 5.1.2 Os envelopes poderão ser remetidos via serviço postal, endereçados à Coordenadoria de Compras (COPAM), localizada na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000, os quais serão recebidos, impreterivelmente, até as 13h45min do dia 19/09/19, a fim de ser procedido o protocolo dos envelopes no setor indicado no item anterior.
- 5.1.3 O licitante que remeter os envelopes via serviço postal assumirá os riscos de problemas ou defeitos que porventura impossibilitem a entrega tempestiva dos envelopes.
- 5.2 No horário e local indicados no item 5.1 deste edital será realizada a sessão de pregão.
- 5.2.1 Inicialmente será realizado o credenciamento dos representantes dos licitantes, mediante a apresentação dos seguintes documentos, fora dos envelopes contendo a proposta comercial e os documentos de habilitação:
- a) Em se tratando do responsável legal da empresa: o documento original ou cópia autenticada do registro comercial, no caso de empresário individual; contrato ou estatuto social em vigor do licitante, no caso de sociedades empresárias, onde conste a indicação de seus sócios ou assemelhados responsáveis pela administração desta, acompanhada da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima;
 - b) Em se tratando do representante constituído: instrumento público ou particular, pelo qual o licitante tenha lhe outorgado poderes para representá-lo em todos os atos do certame,



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

conforme modelo constante do Anexo I deste edital, além do documento original ou cópia autenticada do registro comercial, no caso de empresário individual; contrato ou estatuto social em vigor do licitante, no caso de sociedades empresárias, onde conste a indicação de seus sócios ou assemelhados responsáveis pela administração desta, acompanhada da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima.

- 5.2.1.1. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um licitante, sob pena de exclusão sumária de seus representados.
- 5.2.1.2. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados, sendo que a ausência do representante do licitante no decurso da sessão pública implicará na decadência de todo e qualquer direito atribuído aos licitantes.
- 5.3 Os licitantes deverão apresentar, separada de qualquer dos envelopes relacionados no subitem 6.1, declaração, sob as penas da Lei, de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, VII da Lei Federal nº 10.520/02, conforme modelo contido no Anexo II deste edital.
- 5.4 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar, junto à declaração indicada no subitem 5.3, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.
- 5.4.1 As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 do referido dispositivo legal e no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, desde que também apresentem, separada de qualquer dos envelopes relacionados no subitem 6.1, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.
- 5.5 A microempresa, a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao previsto no subitem 5.4, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.
- 5.5.1 O benefício de que trata o subitem 5.5 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
- 5.5.2 O prazo de que trata o subitem 5.5 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- 5.5.3 A não regularização da documentação, no prazo fixado no subitem 5.5, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 5.6 Em seguida serão recebidos os envelopes contendo a proposta e a documentação relativa à habilitação, descritos nos itens 7 e 8 deste edital, devendo o pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes dos licitantes rubricar os seus fechos.
- 5.7 Após, o pregoeiro fará a abertura dos envelopes contendo as propostas, para verificar o atendimento destas às especificações e formalidades contidas no edital, desclassificando as propostas que não atenderem estas exigências e classificando as demais, provisoriamente, em ordem crescente de preços unitários, por item.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- 5.8 Realizada a classificação das propostas, será iniciada a sessão de lances verbais e sucessivos com os licitantes cujas propostas estejam classificadas, no intervalo compreendido entre o menor preço unitário e as ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço unitário apresentado, até a proclamação do vencedor.
- 5.8.1 Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas no intervalo compreendido entre o menor preço unitário e o valor até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço unitário apresentado poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- 5.9 As rodadas de lances verbais começarão sempre a partir do maior preço unitário, classificado conforme o item anterior, e prosseguirão em ordem decrescente de valor, respeitadas as sucessivas classificações provisórias, até o momento em que não ocorra a apresentação de novos lances inferiores àqueles já ofertados.
- 5.10 Não serão aceitos lances de valor igual ou maior ao do último lance apresentado, e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes.
- 5.11 Não poderá haver desistência de lances ofertados, sujeitando-se o desistente às penalidades previstas neste edital.
- 5.12 Declarada encerrada a sessão de lances, a comissão procederá na classificação definitiva das propostas, em ordem crescente de preços unitários, consignando-se o resultado em ata.
- 5.13 Apenas o licitante cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar terá aberto o envelope contendo a documentação relativa à habilitação.
- 5.14 Se o licitante for **inabilitado**, ser-lhe-á aplicada a multa prevista neste edital, devendo o pregoeiro prosseguir com a abertura do envelope de documentação do licitante classificado em segundo lugar, e assim sucessivamente, se for o caso, até que um dos licitantes classificados preencha todos os requisitos de habilitação.
- 5.15 O pregoeiro, para declarar o licitante vencedor do certame, utilizará o critério de **menor preço - empreitada por preço unitário**.
- 5.16 Proclamado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes desde então intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, a partir do término do prazo da recorrente, sendo assegurada a imediata vista dos autos do processo aos licitantes.
- 5.17 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 5.18 Decidido o recurso, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- 5.19 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante implicará a decadência do direito de recurso e a adjudicação, pelo pregoeiro, do objeto da licitação ao licitante vencedor, devendo após, os autos do processo serem encaminhados à autoridade competente para homologação do certame.
- 5.20 É facultada à Administração, quando o adjudicatário não formalizar a contratação, no prazo e condições estabelecidos, a convocação dos demais licitantes, observada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e, preferencialmente, nas mesmas condições ofertadas pelo primeiro adjudicatário.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- 5.21 O envelope contendo a documentação relativa à habilitação do licitante desclassificado e do classificado não declarado vencedor permanecerá apenso aos autos do certame até a efetiva formalização da contratação.

6 DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO

- 6.1 No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, dois envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa as seguintes informações:

NO ENVELOPE Nº 01 (PROPOSTA)	NO ENVELOPE Nº 02 (HABILITAÇÃO)
MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS – PODER EXECUTIVO PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019 SESSÃO DE PREGÃO: 19/09/19 HORÁRIO: 13h45min ENVELOPE Nº 01 (PROPOSTA) NOME COMPLETO E SEM ABREVIACOES DO LICITANTE ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE CONTATO DO LICITANTE	MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS – PODER EXECUTIVO PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019 SESSÃO DE PREGÃO: 19/09/19 HORÁRIO: 13h45min ENVELOPE Nº 02 (HABILITAÇÃO) NOME COMPLETO E SEM ABREVIACOES DO LICITANTE ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE CONTATO DO LICITANTE

- 6.1.1 Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 6.1.2 Não caberá desistência da proposta pelo licitante, em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope contendo a proposta comercial.
- 6.2 A conferência e apresentação da documentação de ambos os envelopes (Habilitação e Proposta) é de responsabilidade exclusiva do licitante.
- 6.2.1 A ausência de quaisquer dos documentos elencados nos itens 7 e 8 deste edital enseja a inabilitação/desclassificação do licitante.
- 6.3 Deverá ser entregue, **preferencialmente** e fora de qualquer um dos envelopes relacionados nos itens 7 e 8 deste edital, a Ficha Cadastral devidamente preenchida (Anexo VI deste edital).

7 DO ENVELOPE Nº 01 (PROPOSTA)

- 7.1 O envelope nº 01 (Proposta) deverá conter a proposta comercial.

- 7.1.1 O licitante deverá apresentar, obrigatoriamente, a proposta em via impressa, obedecendo à forma contida no formulário para preenchimento da proposta (Anexo VII deste edital).

- 7.1.1.1 O licitante deve observar todas as especificações técnicas descritas na Requisição Interna nº 064/2019 – SMA (Anexo IX deste edital) e no Termo de Referência (Anexo X deste edital).

- 7.2 Não serão consideradas as propostas impressas:

- a) Apresentadas após a abertura dos trabalhos;
- b) Manuscritas ou conterem emendas, rasuras e/ou entrelinhas nos preços;
- c) Que apresentarem preços acima dos praticados no mercado regional;
- d) Que não se ajustem às condições deste edital.

- 7.3 A proposta impressa deverá, obrigatoriamente:

- a) Conter a assinatura do responsável pela empresa, com a indicação do número do CNPJ;
- b) Conter a indicação do valor total para a realização do concurso público.

- 7.4 A inobservância de qualquer das condições acima descritas (itens 7.1 a 7.3) importará na desclassificação da proposta.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

7.5 O prazo de validade da proposta pelo prazo será de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de recebimento da proposta (art. 64, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93).

8 DO ENVELOPE Nº 02 (HABILITAÇÃO)

8.1 Para participar da presente licitação os interessados deverão apresentar as seguintes documentações relativas à habilitação:

8.1.1 A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.1.1. Independente do documento apresentado, o objeto social da licitante deverá ser compatível com o objeto licitado.

8.1.1.2. A licitante fica dispensada da apresentação dos documentos exigidos para Habilitação Jurídica, caso já tenha apresentado os mesmos na fase de representação/credenciamento.

8.1.2 A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL** consistirá em:

- a) Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade do licitante, na data da sessão de pregão, para com a Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade do licitante, na data da sessão de pregão, para com a Fazenda Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- d) Prova de regularidade do licitante, na data da sessão de pregão, para com a Fazenda Municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- e) Prova de regularidade do licitante, na data da sessão de pregão, relativa à Seguridade Social (INSS);
- f) Prova de regularidade do licitante, na data da sessão de pregão, relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

8.1.3 A documentação relativa à **REGULARIDADE TRABALHISTA** consistirá em:

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.1.4 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

- a) Registro ou inscrição do licitante no conselho regional profissional competente (CRA);
- b) Comprovação de aptidão através da apresentação de Atestado ou Certidão de capacidade técnica, emitido em nome da empresa licitante, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter executado serviço similar e compatível com o objeto da presente licitação, cuja seleção dos cargos contemple os níveis de ensino fundamental, médio e superior.

8.1.5 O cumprimento do disposto no art. 27, V da Lei Federal nº 8.666/93 dar-se-á por meio de declaração, sob as penas da lei, emitida e firmada pelo representante legal do licitante, de acordo com o modelo contido no Anexo III deste edital.

8.1.6 Declaração atestando que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, de acordo com o modelo contido no Anexo V deste edital.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

8.2 O licitante inscrito no Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Ijuí/RS poderá apresentar o Certificado de Registro Cadastral (CRC) em substituição aos documentos exigidos nos itens 8.1.1 a 8.1.2 deste edital.

8.2.5 O licitante que apresentar o Certificado de Registro Cadastral (CRC) de acordo com o item 8.2 deverá apresentar declaração de que até data de abertura desta licitação inexistem fatos supervenientes impeditivos da sua habilitação e participação nesta licitação, bem como da ciência quanto à obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme o modelo constante no Anexo IV deste edital.

9 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

9.1 Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei, e serão retidos para oportuna juntada aos autos do processo administrativo.

9.2 Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal, com identificação clara do subscritor.

9.3 Os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor.

9.3.5 Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado como prazo de validade o 30º (trigésimo) dia, contado a partir da data de sua expedição.

9.4 Os documentos emitidos através da internet terão sua autenticidade conferida pela equipe de apoio.

9.5 Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, conter a indicação do número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

9.5.5 Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e, no caso de filiais, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos do licitante.

9.6 Os documentos apresentados no certame deverão possuir a mesma titularidade do licitante (pessoa jurídica e CNPJ), ou seja, todos os documentos de habilitação deverão estar em nome da mesma razão social e mesmo CNPJ.

9.7 A documentação de habilitação será apreciada em conformidade com as exigências deste edital e seus anexos.

9.7.5 Os documentos de habilitação deverão estar acompanhados de todas as alterações e/ou da consolidação respectiva, conforme o caso.

9.7.6 A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope nº 02 (Habilitação) ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, será inabilitada, não se admitindo complementação posterior.

10 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao subitem 5.4 deste edital.

10.1.5 Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- 10.1.6 A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.
- 10.2 Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame;
 - b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do subitem 5.4 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea a deste item;
 - c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma dos itens anteriores.
- 10.3 Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do subitem 10.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.
- 10.4 O disposto nos subitens 10.1 a 10.3 deste edital não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do subitem 5.4 deste edital).
- 10.5 As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.
- 11 DO PREÇO**
- 11.1 Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos do licitante, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado.
- 11.1.5 Não haverá reajuste de preços, salvo hipóteses excepcionais de revisão de preços, que serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 11.2 Será desclassificada a proposta incompatível com a realidade de mercado.
- 12 DO CONTRATO**
- 12.1 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para retirar e assinar o termo do contrato, cuja minuta consta no Anexo VIII deste edital, contado a partir da data de sua intimação, que se fará pessoalmente, por meio de publicação no mural da Secretaria Municipal da Fazenda, envio de correspondência com Aviso de Recebimento ou por meio eletrônico.
- 12.1.5 O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação expressa do licitante, contendo a exposição circunstanciada do motivo.
- 12.1.6 O não atendimento do disposto no item 12.1 sujeitará o licitante às penalidades previstas na legislação e neste edital.
- 12.1.7 O não comparecimento do adjudicatário intimado autoriza a Administração a proceder na convocação dos licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.
- 12.2 O contrato poderá ser rescindido na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses da Lei Federal nº 8.666/93.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

12.3 Para a assinatura do contrato a empresa vencedora deverá apresentar declaração indicando o número de profissionais tecnicamente capacitados e com experiência comprovada na realização de concurso público.

12.3.1 Até 15 (quinze) dias corridos antes do término da vigência contratual deverá ser entregue relação nominal de todos os profissionais indicados na declaração do item 12.3, acompanhada dos respectivos Currículos Lattes.

12.4 A vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua assinatura, ou após a entrega da homologação final do concurso.

12.4.1 O contrato poderá ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, havendo correção com base na variação de índices gerais de preços, quando aplicável.

13 DA EXECUÇÃO

13.3 Os serviços deverão ser executados conforme etapas abaixo determinadas:

ATIVIDADES	PERÍODOS/PRAZOS
Publicação do Edital	Até 20 dias após assinatura do contrato
Inscrições	30 dias corridos (pela internet)
Emissão dos Cartões de Inscrição (site oficial)	No máximo, até 10 dias antes da data de realização das provas.
Execução da Prova Escrita	Impreterivelmente 01 único dia
Publicação dos Gabaritos Preliminares Concorrência Oficial Definitiva	Até 24 horas após a realização das provas
Entrega de recursos contra questões da prova objetiva e Gabarito oficial Preliminar	03 dias corridos
Publicação do Gabarito Oficial Definitivo	Até 15 dias após o prazo para recursos contra questões da prova objetiva e Gabarito oficial Preliminar
Publicação dos Recursos (Questões e Gabaritos)	
Publicação do Resultado Oficial Preliminar	
Prazo para entrega de Recursos contra o Resultado Oficial Preliminar (Prova Objetiva)	03 dias corridos
Publicação do resultado dos Recursos (Resultado Oficial Preliminar)	Até 15 dias após o prazo de Recursos contra o Resultado Oficial Preliminar
Envio de Documentos - Prova de Títulos	03 dias corridos após a publicação do resultado dos recursos contra o resultado preliminar
Publicação do Resultado Preliminar da Prova de Títulos	Até 15 dias corridos após o encerramento do prazo para envio dos documentos para prova de títulos
Prazo para entrega de Recursos contra o resultado Oficial Preliminar (Prova Títulos)	03 dias corridos
Publicação dos Recursos (Prova de Títulos) + Publicação do Resultado Oficial Definitivo	10 dias corridos após o encerramento para envio dos recursos contra o resultado Oficial Preliminar (Prova Títulos)



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- 13.3.1 Os prazos de que trata o cronograma de execução poderão ser alterados mediante prévia comunicação da adjudicatária, por escrito, e concordância da Comissão Coordenadora do Concurso e da Autoridade Superior, cujos ajustes serão formalizados mediante regular termo de aditamento.
- 13.3.2 Os serviços deverão ser executados conforme especificações técnicas descritas na Requisição Interna nº 064/2019 – SMA (Anexo IX deste edital) e no Termo de Referência (Anexo X deste edital).
- 13.4 Conforme solicitação do Município, a empresa adjudicatária deverá entregar os documentos requisitados no item 4 (quatro) do Termo de Referência (Anexo X deste edital).
- 13.5 Na hipótese dos serviços contratados que não atenderem às especificações licitadas, o adjudicatário deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo determinado pela Secretaria Requisitante, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente adjudicado.

14 DO PAGAMENTO

- 14.3 Após a execução do objeto ou parcela dele, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da liquidação da documentação, conforme Capítulo II, art. 6º e § 3º, art. 8º, do Decreto Executivo nº 5.753, de 15 de setembro de 2015.

- 14.3.1 A nota fiscal deverá ainda trazer os seguintes dados cadastrais do Município de Ijuí:

Município de Ijuí

CNPJ: 90.738.196/0001-09

Inscrição Estadual: 065-0151348

Endereço: Rua Benjamin Constant, nº 429, Centro, Ijuí/RS – 98700-000

- 14.4 A nota fiscal deverá, obrigatoriamente, ser emitida pela empresa indicada na Nota de Empenho, não sendo admitido o recebimento de nota fiscal com o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) diferente do indicado na Nota de Empenho.

- 14.4.1 Os arquivos eletrônicos dos documentos fiscais (arquivo XML e a DANFE da NFE ou NFSE) deverão ser encaminhados pela empresa adjudicatária, obrigatoriamente, para o e-mail xmlfornecedor@ijui.rs.gov.br.

- 14.5 O pagamento será realizado pelo Município de Ijuí/RS mediante depósito bancário em favor do adjudicatário, que indicará em formulário próprio, o nome da instituição, a localidade, o código da agência bancária e o número da conta corrente para que seja realizada a operação.

- 14.6 As informações referidas no item anterior deverão ser encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda, ficando o licitante obrigado a mantê-las atualizadas.

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.3 São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02 e demais normas pertinentes.

- 15.4 O licitante ficará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa correspondente:

b.1) Até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de cláusula contratual ou forma de legislação pertinente;

b.2) À razão de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, contados a partir do início da execução dos serviços;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

- 15.5 O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeito à pena de suspensão de seu direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, observados os procedimentos contidos na legislação própria.
- 15.6 Será aplicada multa de 2% (dois por cento) do valor estimado de fornecimento, tanto ao licitante, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, e que venha a ser inabilitado por ter apresentado documentos que seguramente não atendam as exigências deste edital, como aos demais licitantes que derem causa a tumultos durante a sessão pública de pregão ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado de seus representantes.
- 15.7 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação de outras.
- 15.8 O prazo para pagamento de multas será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do infrator, sob pena de inscrição do respectivo valor como Dívida Ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

16 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.3 A apresentação de proposta implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento de seus termos ou das disposições legais aplicáveis à espécie para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.
- 16.4 A presente licitação poderá ser anulada ou revogada, nas hipóteses previstas em lei, sem que os licitantes tenham direito a qualquer indenização, observado o disposto no art. 59 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 16.5 **O adjudicatário deverá manter todas as condições de habilitação durante a execução do contrato.**
- 16.6 Com fundamento na norma do art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93 é facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência que se destine a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 16.7 Os casos omissos e as dúvidas serão resolvidos pelo pregoeiro.
- 16.8 As normas deste edital de licitação na modalidade pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.
- 16.8.1 O desatendimento de exigências formais, desde que não comprometam a exata compreensão de sua proposta ou a aferição das condições de habilitação dos licitantes, não implicará no afastamento sumário de qualquer licitante.
- 16.9 Os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação na Coordenadoria de Compras (COPAM) da Secretaria Municipal da Fazenda, localizada na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000, de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 11h30min e 13h30min às 17h00min, pelo telefone (55) 3331-8219 ou no site www.ijui.rs.gov.br, no link "Licitações – Pregão Presencial".
- 16.10 A qualquer ato administrativo que implique alteração, revogação, anulação ou outro efeito sobre o presente edital será conferida publicidade na forma da Lei e disponibilizado no site www.ijui.rs.gov.br, no link "Licitações – Pregão Presencial".

17 ANEXOS



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

17.3 Fazem parte deste edital os seguintes anexos:

Anexo I	Instrumento para credenciamento de representante
Anexo II	Declaração prevista no art. 4º, VII da Lei Federal nº 10.520/02
Anexo III	Declaração prevista no art. 27, V da Lei Federal nº 8.666/93
Anexo IV	Declaração prevista no art. 32, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93
Anexo V	Declaração de não existência de servidor público no quadro societário
Anexo VI	Dados cadastrais do licitante
Anexo VII	Formulário para preenchimento da proposta
Anexo VIII	Minuta do contrato
Anexo IX	Requisição interna nº 064/2019 - SMA
Anexo X	Termo de Referência
Anexo XI	Planilha de orçamento estimado

Ijuí/RS, 04 de setembro de 2019.

Assessoria Jurídica

Lucilda Nair Barriquelo
Pregoeira

Priscila Maurer Leviski
Diretora da Coordenadoria de Compras, Patrimônio e
Administração de Materiais

Valdir Heck
Prefeito



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019

PROCESSO Nº 1020/2019

ANEXO I

INSTRUMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE

Pelo presente instrumento de credenciamento [<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO LICITANTE>], CNPJ nº [<Nº DO CNPJ DO LICITANTE>], com sede na [<ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO, BAIRRO, MUNICÍPIO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E CEP)>], através de seu representante legal, [<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>], RG nº [<Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>] infra-assinado, credencia [<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO REPRESENTANTE CREDENCIADO>], RG nº [<Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE CREDENCIADO>], outorgando-lhe plenos poderes para representá-lo na sessão pública da licitação em epígrafe, em especial para formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

[<LOCAL>], [<DATA>].

[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]
[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]
[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019

PROCESSO Nº 1020/2019

ANEXO II

DECLARAÇÃO PREVISTA NO ART. 4º, VII DA LEI FEDERAL Nº 10.520/02

[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIÇÕES DO LICITANTE>], CNPJ nº [<Nº CNPJ DO LICITANTE>], sediada na [<ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO, BAIRRO, MUNICÍPIO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E CEP)>], declara, sob as penas da lei e para os fins previstos no art. 4º, VII da Lei Federal nº 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação indicadas no edital da licitação em epígrafe.

[<LOCAL>], [<DATA>].

[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]
[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIÇÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]
[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]



PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019

PROCESSO Nº 1020/2019

ANEXO III

DECLARAÇÃO PREVISTA NO ART. 27, V DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

MODELO "B": EMPREGADOR PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019

PROCESSO Nº 1020/2019

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PREVISTA NO ART. 32, § 2º DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIÇÕES DO LICITANTE>], CNPJ: [<Nº DO CNPJ DO LICITANTE>], ENDEREÇO: [<ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO, BAIRRO, MUNICÍPIO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E CEP)>], declara sob as penalidades legais, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos da sua habilitação e participação na licitação em epígrafe, bem como ter ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[<LOCAL>], [<DATA>].

[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]
[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIÇÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]
[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]



PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019

PROCESSO Nº 1020/2019

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO NO QUADRO SOCIETÁRIO

[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DA LICITANTE>], CNPJ: [<Nº DO CNPJ DA LICITANTE>], ENDEREÇO: [<ENDEREÇO COMPLETO DA LICITANTE (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO, BAIRRO, MUNICÍPIO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E CEP)>], declara sob as penalidades legais, que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

[<LOCAL>], [<DATA>].

[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE>]
[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE>]
[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE>]



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

PRESENCIAL Nº 110/2019

PROCESSO Nº 1020/2019

ANEXO VI

DADOS CADASTRAIS DO LICITANTE

DADOS GERAIS

RAZÃO SOCIAL:	
NOME FANTASIA:	
ATIVIDADE:	
CNPJ:	Caso for MEI deverá ser informado o nº PIS:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:	INSCRIÇÃO MUNICIPAL:
OBJETO SOCIAL (de acordo com o ato constitutivo):	
ESTA EMPRESA É CADASTRADA EM ALGUM CONSELHO PROFISSIONAL? () SIM () NÃO SE SIM, QUAL(is) CONSELHO(s) E QUAL(is) Nº(s) DO(s) REGISTRO(s)?	

ENDEREÇO

PAÍS:	ESTADO:
MUNICÍPIO:	
RUA:	
Nº:	COMPLEMENTO:
BAIRRO:	CEP:
TELEFONE:	CELULAR:
FAX:	
E-MAIL:	SITE:
NOME DE PESSOA PARA CONTATO:	

DADOS BANCÁRIOS - Observações: O nome do titular da conta corrente deverá ser idêntico à Razão Social; Caso for conta bancária da Caixa Econômica Federal, favor informar a operação.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA:	AGÊNCIA:	CIDADE:
OPERAÇÃO:	Nº DA CONTA:	

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME:	
CPF:	RG:
	ÓRGÃO EMISSOR:
PAÍS:	ESTADO:
MUNICÍPIO:	
RUA:	
Nº:	COMPLEMENTO:
BAIRRO:	CEP:
TELEFONE:	CELULAR:
FAX:	
E-MAIL:	
A REPRESENTAÇÃO LEGAL TEM PRAZO DE VIGÊNCIA? () SIM () NÃO SE SIM, ATÉ QUANDO IRÁ VIGORAR ESTA REPRESENTAÇÃO?	

[<LOCAL>], [<DATA>].
[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]
[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACOES DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]
[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019

PROCESSO Nº 1020/2019

ANEXO VII

FORMULÁRIO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

LICITANTE: [<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO LICITANTE>]

CNPJ: [<Nº DO CNPJ DO LICITANTE>]

ENDEREÇO: [<ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO, BAIRRO, MUNICÍPIO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E CEP)>]

CONTATO: [<NOME, TELEFONE, FAX, E-MAIL>]

Lote	Item	Cód.	Descrição	Valor total (R\$)
1	1	3331	Contratação dos Serviços para realização de Concurso Público nos cargos abaixo relacionados devendo a empresa contratada elaborar todos os editais pertinentes ao concurso, efetuar todo processo de inscrição dos candidatos, (cobrança de taxa, ficha de inscrição, homologação, etc) bem como a elaboração, aplicação e correção da prova escrita e prova prática, de capacidade física e de títulos, elaboração e fornecimento dos programas; análise dos recursos interpostos pelos candidatos; elaboração das provas específicas para os candidatos com deficiência física, mental, auditiva ou visual; sorteio público dos candidatos empatados; fornecimento do local para aplicação das provas, bem como dos fiscais das mesmas, enfim todos os procedimentos e materiais necessários ao processamento do concurso, com fulcro na Constituição Federal, na Legislação Municipal, especialmente as Leis Municipais vigentes, que dispõe sobre as normas gerais reguladoras dos concursos públicos do Município de Ijuí – Poder Executivo. Os serviços deverão ser executados conforme especificações técnicas descritas na Requisição Interna nº 064/2019 – SMA (Anexo IX) e no Termo de Referência (Anexo X deste edital).	

Observações:

1. A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da sessão pública de pregão.
2. O licitante declara-se ciente de todas as disposições relativas à licitação em causa e sua plena concordância com as condições constantes no edital, inclusive as especificações e/ou exigências descritas na Requisição Interna nº 064/2019 - SMA (Anexo IX deste edital) e no Termo de Referência (Anexo X deste edital).

[<LOCAL>], [<DATA>].

[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]
[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]
[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]



PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019

PROCESSO Nº 1020/2019

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

Contrato celebrado entre o Município de Ijuí, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Benjamin Constant, 429 na cidade de IJUÍ-RS, CNPJ Nº. 90.738.196/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. VALDIR HECK, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado em Ijuí/RS, na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da cédula de identidade nº. xxxxxxxxxx e inscrito no CPF nº. xxx.xxx.xxx/xx, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa xxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua xxxxxxxxx, nº xxxxx no Bairro xxxxxxxxx, na cidade xxxxxxxxx, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxxxx, neste ato representada por seu (sócio-proprietário; sócio-gerente, procurador, diretor, etc.), Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxxxx, residente na Rua xxxxxxxxx, nº xxxxx no Bairro xxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxxx, portador da cédula de identidade nº. xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF N.º xxxxxxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA, para execução do objeto discriminado na Cláusula Primeira deste instrumento.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019 – PROCESSO Nº 1020/2019, regendo-se pela Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Executivo Municipal nº 3.986/07 e aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, assim como pelas condições do edital, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para realização de concurso público municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os serviços deverão ser executados conforme especificações técnicas descritas na Requisição Interna nº 064/2019 – SMA (Anexo IX do edital) e no Termo de Referência (Anexo X do edital).

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO VALOR**

O valor deste contrato é de R\$ XXXXX (valor por extenso), aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para total execução do objeto do presente contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA DO
CRÉDITO**

A despesa desta licitação correrá pelo seguinte crédito:

Órgão	
04	Secretaria Municipal de Administração
Unidade	
0401	Coordenadoria Geral
Função	
4	Administração
Sub-função	
122	Administração Geral
Programa	
2	Gestão dos Serviços Administrativos
Projeto/Atividade	
2 16	Manutenção dos Serviços Administrativos



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

Despesa
6811

Código fonte de recurso
1

Nome fonte de recurso
Recurso Livre - Administração Direta Mun

Categoria econômica
339039480000

SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

CLÁUSULA QUARTA
DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua assinatura, ou após a entrega da homologação final do concurso.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato poderá ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, havendo correção com base na variação de índices gerais de preços, quando aplicável.

CLÁUSULA QUINTA
DA EXECUÇÃO

Os serviços deverão ser executados conforme etapas abaixo determinadas:

ATIVIDADE	PERÍODOS/PRAZOS
Publicação do Edital	Até 20 dias após assinatura do contrato
Inscrições	30 dias corridos (pela internet)
Emissão dos Cartões de Inscrição (site oficial)	No máximo, até 10 dias antes da data de realização das provas.
Execução da Prova Escrita	Impreterivelmente 01 único dia
Publicação dos Gabaritos Preliminares Concorrência Oficial Definitiva	Até 24 horas após a realização das provas
Entrega de recursos contra questões da prova objetiva e Gabarito oficial Preliminar	03 dias corridos
Publicação do Gabarito Oficial Definitivo	Até 15 dias após o prazo para recursos contra questões da prova objetiva e Gabarito oficial Preliminar
Publicação dos Recursos (Questões e Gabaritos)	
Publicação do Resultado Oficial Preliminar	
Prazo para entrega de Recursos contra o Resultado Oficial Preliminar (Prova Objetiva)	03 dias corridos
Publicação do resultado dos Recursos (Resultado Oficial Preliminar)	Até 15 dias após o prazo de Recursos contra o Resultado Oficial Preliminar
Envio de Documentos - Prova de Títulos	03 dias corridos após a publicação do resultado dos recursos contra o resultado preliminar
Publicação do Resultado Preliminar da Prova de Títulos	Até 15 dias corridos após o encerramento do prazo para envio dos documentos para prova de títulos
Prazo para entrega de Recursos contra o resultado Oficial Preliminar (Prova Títulos)	03 dias corridos
Publicação dos Recursos (Prova de Títulos) + Publicação do Resultado Oficial Definitivo	10 dias corridos após o encerramento para envio dos recursos contra o resultado Oficial Preliminar (Prova Títulos)



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os prazos de que trata o cronograma de execução poderão ser alterados mediante prévia comunicação da adjudicatária, por escrito, e concordância da Comissão Coordenadora do Concurso e da Autoridade Superior, cujos ajustes serão formalizados mediante regular termo de aditamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Conforme solicitação do Município, a empresa contratada deverá entregar os documentos requisitados no item 4 (quatro) do Termo de Referência (Anexo X do edital).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Até 15 (quinze) dias corridos antes do término da vigência contratual deverá ser entregue relação nominal de todos os profissionais indicados na declaração do item 12.3 do edital, acompanhada dos respectivos Currículos Lattes.

CLÁUSULA SEXTA
DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto deste contrato será recebido pelo CONTRATANTE mediante atestado do responsável técnico, que verificará sua adequação com as disposições contidas no instrumento convocatório, nas cláusulas deste instrumento contratual e na legislação em vigor aplicável ao mesmo.

CLÁUSULA SÉTIMA
DO PAGAMENTO

Após a execução do objeto contratado ou parcela dele, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da liquidação da documentação, conforme Capítulo II, art. 6º e § 3º, art. 8º, do Decreto Executivo Municipal nº 5.753, de 15 de setembro de 2015.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A nota fiscal deverá, obrigatoriamente, ser emitida pela empresa indicada na Nota de Empenho, não sendo admitido o recebimento de nota fiscal com o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) diferente do indicado na Nota de Empenho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os arquivos eletrônicos dos documentos fiscais (arquivo XML e a DANFE da NFE ou NFSE) deverão ser encaminhados pela CONTRATADA, obrigatoriamente, para o e-mail xmifomecedor@ijui.rs.gov.br.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O pagamento será realizado mediante depósito bancário em favor da CONTRATADA, que deverá indicar a instituição bancária, a agência, a localidade e a conta corrente para que seja realizada a operação correspondente.

CLÁUSULA OITAVA
DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

- 1 Dos direitos:
 - 1.1 Do CONTRATANTE:
 - 1.1.1 receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e
 - 1.2 Da CONTRATADA:
 - 1.2.1 receber o valor ajustado na forma e nos prazos convencionados.
- 2 Das obrigações:
 - 2.1 Do CONTRATANTE:
 - 2.1.1 efetuar o pagamento ajustado;
 - 2.1.2 dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato.
 - 2.2. DA CONTRATADA:
 - 2.2.1 Entregar o objeto de acordo com as especificações do edital de licitação;
 - 2.2.2 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 2.2.3 Apresentar durante a execução do contrato, se solicitada, documentos que comprovem estar cumprindo, a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, tributários, fiscais e comerciais;
 - 2.2.4 Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA NONA
DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências do art. 80 da mesma Lei.



**CLÁUSULA DÉCIMA
DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido de acordo com os arts. 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93.
PARÁGRAFO ÚNICO: A rescisão deste contrato implicará a retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A aplicação de sanções administrativas regular-se-á pelas condições previstas nos arts. 81 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, além de outras atinentes à espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA ficará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa correspondente:
 - b.1) Até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de cláusula contratual ou forma de legislação pertinente;
 - b.2) À razão de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, contados a partir do início da execução dos serviços;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As penalidades de advertência e multa poderão ser aplicadas cumulativamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O valor da multa será descontado do primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela a garantia oferecida e os créditos futuros pela diferença, se houver ou através de procedimento judicial apropriado.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA EFICÁCIA**

O presente contrato terá eficácia após a publicação de sua súmula.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

As omissões desse certame serão resolvidas pelas disposições constantes na Lei Federal nº 8.666/93.

A variação ou alteração que se fizer necessária no contrato, por variação de preço na compra ou por alteração no quantitativo da compra, será feita de acordo com o que dispõe o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

O servidor (____), matrícula nº (____), será o **GESTOR** do contrato, conforme determina o Decreto Municipal nº 5753/2015, de 15 de Setembro de 2015, em seu art. 2º, inciso IV.

O servidor (____), matrícula nº (____), será o **FISCAL** do contrato, conforme determina a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67.

Fica eleito o foro da Comarca de Ijuí para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

Assim, por estarem as partes justas e contratadas, firma o presente termo em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ijuí, RS, [<DATA>].



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO

CNPJ nº 90.738.196/0001-09

Valdir Heck

Prefeito

CPF nº

Contratante

Nome do Fornecedor

CNPJ N.º ...

Nome do Representante da Contratada

Sócio Proprietário

CPF nº ...

Contratada

TESTEMUNHAS



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019

PROCESSO Nº 1020/2019

ANEXO IX

REQUISIÇÃO INTERNA Nº 064/2019 - SMA

Requisição
1.023/2019



Requisição Interna
04-064-2019

O arquivo em PDF contendo este anexo encontra-se junto ao arquivo deste edital.

Ambos fazem parte do arquivo compactado baixado no site www.ijui.rs.gov.br, no link "Licitações – Pregão Presencial".



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

REQUISIÇÃO INTERNA N.º 64/2019

COPAM-RECEBIDO

23/08/2019

ASS. (B)

ÓRGÃO: 04 -Secretaria Municipal de Administração

UNIDADE: 04.01 - Coordenadoria Geral

AÇÃO: 2016 – Manutenção dos Serviços Administrativos (SMA)

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00 - Outros Serv. de Terceiros Pessoa Jurídica - 120

DESDOBRAMENTO DA DESPESA: 3.3.90.39.48.00.00 – Serviços de Seleção e Treinamento – 6811

Fonte de Recursos (x) Livre

Vinculado () :

Banco:

DESCRIÇÃO

Contratação dos Serviços para realização de Concurso Público nos cargos abaixo relacionados, devendo a empresa contratada elaborar todos os editais pertinentes ao concurso, efetuar todo processo de inscrição dos candidatos, (cobrança de taxa, ficha de inscrição, homologação, etc) bem como a elaboração, aplicação e correção da prova escrita, prova de títulos e prova prática, elaboração e fornecimento dos programas; análise dos recursos interpostos pelos candidatos; elaboração das provas específicas para os candidatos portadores de deficiência física, mental, auditiva ou visual; sorteio público dos candidatos empatados; fornecimento do local para aplicação das provas, bem como dos fiscais das mesmas, enfim todos os procedimentos e materiais necessários ao processamento do concurso, com fulcro na Constituição Federal, na Legislação Municipal, especialmente as Leis Municipais n.ºs. 2.675 de 05/09/1991 e anexos, bem como suas alterações, Lei n.º 5.019, de 25 de junho de 2009 e Decreto Executivo, que dispõe sobre as normas gerais reguladoras dos concursos públicos do Município de Ijuí – Poder Executivo.

RELAÇÃO DE CARGOS PARA REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO: Agente Comunitário de Saúde, Agente de Vigilância em Saúde, Assessor Administrativo, Assistente Social, Atendente Plantonista, Auxiliar de Educação Infantil, Auxiliar de Serviços de Saúde, Cirurgião Dentista, Enfermeiro, Enfermeiro do Trabalho, Enfermeiro Plantonista, Engenheiro Civil, Farmacêutico, Geólogo, Instrutor de Banda Marcial, Médico Clínico Geral, Médico do Trabalho, Médico Geral Comunitário, Médico Gineco-Obstetra, Médico Pediatra, Médico Plantonista, Médico Psiquiatra, Médico Radiologista, Motorista Plantonista, Músico Mod. Clarinete Sib, Músico Mod. Percussão, Músico Mod. Saxofone Barítono, Músico Mod. Trompete em Sib, Nutricionista, Operário, Orientador Social, Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Professor de Ciências, Professor de Educação Infantil, Professor de Língua Inglesa, Professor de Matemática, Professor de Música, Psicólogo, Servil, Técnico em Contabilidade, Técnico em Enfermagem, Técnico em Farmácia, Técnico em Informática, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Topografia, Telefonista e Tesoureiro.

Observações:

- A publicação dos editais do concurso será efetuada pelo Município, bem como os custos dos mesmos;
- As inscrições deverão ser via internet, em site da empresa vencedora;
- Os créditos relativos à cobrança da taxa de inscrição serão efetuados em conta bancária do Município de Ijuí, em valores a ser definidos pelo Município na elaboração do Edital de abertura do concurso;
- O recebimento de eventuais recursos administrativos serão recebidos pela Secretaria Municipal de Administração, e encaminhados à empresa que realizará o concurso;
- Somente os candidatos aprovados na prova objetiva, poderão realizar a prova prática e a prova de títulos, em número a ser definido em cada cargo, por ocasião da elaboração do Edital de abertura do concurso;
- A Prova Objetiva deverá ser aplicada num mesmo dia e local, em um turno a definir em edital;
- A Prova objetiva deverá ser realizada para todos os cargos com um número mínimo de 40 (quarenta) questões;
- O sorteio público deverá ser organizado e realizado pela empresa vencedora, observando as normas descritas no Regulamento de Concurso público do Município de Ijuí.

Destino: Suprir demandas na nomeação de novos servidores para as Secretarias Municipais.

Declaro que a ação de despesa requisitada está prevista no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentária, com saldo de dotação na natureza de despesa no Orçamento do Órgão, bem como devidamente classificada, conforme codificação específica no SIAPC.

Ijuí, 15 de Agosto de 2019.

Fabiana Grenzel Becker
Emitente da Requisição
Mat. 198552-3

Elio João Quatrin
Sec. Mun. de Administração
Mat. 238597-0

OBSERVAÇÕES

PREFEITO

☒ Deferido ☐ Indeferido

Valdir Heck
Prefeito

COPAM

Modalidade: Pregoão

Data:

04/09/2019
Assinatura/Carimbo

Município de Ijuí - Poder Executivo

Priscila Maurer Leviski

Diretora de Compras - Patrimônio

Almoxarifado

22 AGO 2019

R. 1023/19 PROE: 102012019
falsa P.P: 11012019



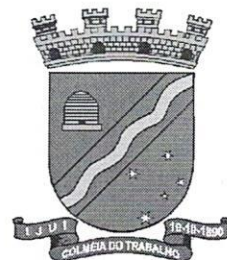
PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019

PROCESSO Nº 1020/2019

ANEXO X

TERMO DE REFERÊNCIA

MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação dos Serviços para realização de Concurso Público nos cargos abaixo relacionados devendo a empresa contratada elaborar todos os editais pertinentes ao concurso, efetuar todo processo de inscrição dos candidatos, (cobrança de taxa, ficha de inscrição, homologação, etc) bem como a elaboração, aplicação e correção da prova escrita e prova prática, de capacidade física e de títulos, elaboração e fornecimento dos programas; análise dos recursos interpostos pelos candidatos; elaboração das provas específicas para os candidatos com deficiência física, mental, auditiva ou visual; sorteio público dos candidatos empatados; fornecimento do local para aplicação das provas, bem como dos fiscais das mesmas, enfim todos os procedimentos e materiais necessários ao processamento do concurso, com fulcro na Constituição Federal, na Legislação Municipal, especialmente as Leis Municipais vigentes, que dispõe sobre as normas gerais reguladoras dos concursos públicos do Município de Ijuí – Poder Executivo.

A nomenclatura do cargo, carga horária e suas atribuições poderão sofrer alterações, como também reenquadramentos em virtude de determinação da legislação municipal posterior.

As normas que dispõem sobre a estrutura do Plano de Cargos e do Plano de Carreira dos Servidores do Município de Ijuí estão estabelecidas nas Leis Municipais: Lei Municipal nº 2.675/1991 (Plano de Classificação de Cargos de Provimento Efetivo de Servidores Públicos Municipais, Padrões, Funções Gratificadas, respectivos valores e dá outras providências); Lei Municipal nº 2.669/1991 (Plano de Carreira do Servidor Público do Poder Executivo do Município de Ijuí e dá outras providências); e Lei Municipal nº 4110/2003 (Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Ijuí; revoga as leis que menciona e dá outras providências).

2 - DOS CARGOS, REQUISITOS EXIGIDOS NA POSE, CARGA HORÁRIA SEMANAL, VENCIMENTO BÁSICO, PROVA ESCRITA, PROVA PRÁTICA, PROVA DE CAPACIDADE FÍSICA, PROVA DE TÍTULOS, VAGAS E TAXA DE INSCRIÇÃO

Os cargos, a quantidade de vagas, os pré-requisitos para a posse, a carga horária semanal, o vencimento básico mensal, a tipologia de prova por cargo (prova escrita, prova prática, prova de capacidade física, prova de títulos), vagas e taxa de inscrição no presente concurso, estão estabelecidos no quadro a seguir:

CARGO	REQUISITOS EXIGIDOS NA POSSE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO BÁSICO R\$	PROVA ESCRITA	PROVA PRÁTICA	PROVA DE CAPACIDADE FÍSICA	PROVA DE TÍTULOS	VAGAS	TAXA DE INSCRIÇÃO **
Agente Comunitário de Saúde	Ensino Médio Completo	40h	R\$ 1.269,64	X		X		5	R\$ 77,00
Agente de Vigilância em Saúde	Ensino Médio Completo	40h	R\$ 1.269,64	X		X		5	R\$ 77,00
Assessor Administrativo	Ensino Médio Completo	32h30min	R\$ 2.336,35	X				4	R\$ 77,00
Assistente Social	Habilitação legal para exercício de assistente social	37h30min	R\$ 3.841,65	X				2	R\$ 165,00
Atendente Plantonista	Ensino Médio Completo	12 X 36	R\$ 1.333,02	X				1	R\$ 77,00
Auxiliar de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	30h	R\$ 1.105,95	x				* CR	R\$ 77,00
Auxiliar de	Ensino Médio								

Rua 15 de novembro, 539, Centro - Ijuí, RS

CEP: 98700-000

Telefone: (55)3331-8200

MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO



Serviços de Saúde	Completo	40h	R\$ 1.527,20	X				3	R\$ 77,00
Cirurgião Dentista	Habilitação legal para o exercício da profissão de Cirurgião-Dentista	20h	R\$ 3.841,65	X				1	R\$ 165,00
Enfermeiro	Hab. Legal para exercício da profissão de Enfermeiro	37h30min	R\$ 3.841,65	X				2	R\$ 165,00
Enfermeiro do Trabalho	Superior de enfermeiro com Especialização em Enfermagem do Trabalho e/ou Saúde do Trabalhador reconhecido pelo MEC.	32h30min	R\$ 5.363,10	X				1	R\$ 165,00
Enfermeiro Plantonista	Curso Superior Completo em Enfermagem e inscrição no COREN	12 X 36	R\$ 5.122,41	X				2	R\$ 165,00
Engenheiro Civil	Hab. Legal para exercício da profissão de Engenheiro Civil	30h	R\$ 3.841,65	X				1	R\$ 165,00
Farmacêutica	Hab. Legal para exercício da profissão de Farmacêutico	30h	R\$ 3.841,65	X				1	R\$ 165,00
Geólogo	Hab. Legal para exercício da profissão de Geólogo	30h	R\$ 3.841,65	X				1	R\$ 165,00
Instrutor de Banda Marcial	Ensino Médio Completo	20h	R\$ 1.043,34	X				2	R\$ 77,00
Médico Clínico Geral	Hab. Legal para exercício da profissão de Médico	15h	R\$ 4.950,54	X				2	R\$ 165,00
Médico do Trabalho	Superior Completo com titulação para espec.	15h	R\$ 4.950,54	X				1	R\$ 165,00

Rua 15 de novembro, 539, Centro - Ijuí, RS

CEP: 98700-000

Telefone: (55)3331-8200

MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO



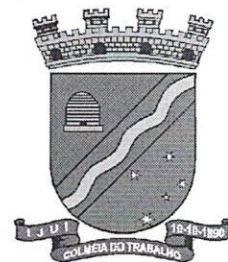
	em Medicina do Trabalho								
Médico Geral Comunitário	Superior Completo com titulação em Medicina Geral Comunitária ou especialização em Saúde da Família ou ainda Treinamento no Programa de Saúde da Família	40h	R\$ 13.201,48	X				2	R\$ 165,00
Médico Gineco-obstetra	Hab. Legal para exercício da profissão de Médico Gineco-obstetra.	15h	R\$ 4.950,54	X				2	R\$ 165,00
Médico Pediatra	Hab. Legal para exercício da profissão de Médico Pediatra	15h	R\$ 4.950,54	X				2	R\$ 165,00
Médico Plantonista	Curso Superior em Medicina, Registro no Conselho Regional de Medicina – CRM	12X36 ou 24X72	R\$ 14.851,66	X				2	R\$ 165,00
Médico Psiquiatra	Hab. Legal para exercício da profissão de Médico Psiquiatra	15h	R\$ 4.950,54	X				2	R\$ 165,00
Médico Radiologista	Curso Superior Completo em Medicina, Certificado em Especialização em Radiologia e Diagnóstico por Imagem	15h	R\$ 4.950,54	X				1	R\$ 165,00
Motorista Plantonista	Ensino Médio Completo	12X36 ou 24X72	R\$ 1.481,86	X	X			1	R\$ 77,00
Musico Mod. Clarinete Sib	Ensino Médio Completo	10h	R\$ 1.001,56	X	X			2	R\$ 77,00
Músico Mod.	Ensino Médio								

Rua 15 de novembro, 539, Centro - Ijuí, RS

CEP: 98700-000

Telefone: (55)3331-8200

MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO



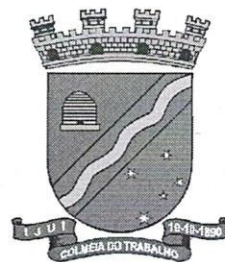
Percussão	Completo	10h	R\$ 1.001,56	X	X			1	R\$ 77,00
Músico Mod. Saxofone Barítono	Ensino Médio Completo	10h	R\$ 1.001,56	X	X			1	R\$ 77,00
Músico Mod. Trompete em Sib	Ensino Médio Completo	10h	R\$ 1.001,56	X	X			1	R\$ 77,00
Nutricionista	Hab. Legal para exercício da profissão de Nutricionista	37h30min	R\$ 3.841,65	X				2	R\$ 165,00
Operário	Ensino Fundamental Completo	40h	R\$ 1.001,56	X	X			*CR	R\$33,00
Orientador Social	Ensino Médio Completo	32h30min	R\$ 1.527,20	X				2	R\$ 77,00
Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Magistério Nível Médio ou Licenciatura Plena Específica na Área	20h	R\$ 1.278,87	X			X	9	R\$ 77,00
Professor de Ciências	Licenciatura Plena com habilitação Específica na área	20h	R\$ 1.790,42	X			X	2	R\$ 165,00
Professor de Educação Infantil	Habilitação Legal para o exercício do magistério	20h	R\$ 1.278,87	X			X	* CR	R\$ 165,00
Professor de Língua Inglesa	Licenciatura Plena com habilitação Específica na área	20h	R\$ 1.790,42	X			X	4	R\$ 165,00
Professor de Matemática	Licenciatura Plena com habilitação Específica na área	20h	R\$ 1.790,42	X			X	4	R\$ 165,00
Professor de Música	Ensino Superior – Licenciatura com habilitação específica em música ou Licenciatura Plena em Educação Artística com curso de formação	20h	R\$ 1.790,42	X			X	1	R\$ 165,00

Rua 15 de novembro, 539, Centro - Ijuí, RS

CEP: 98700-000

Telefone: (55)3331-8200

MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO



	específica na área de música (360 horas) ou Licenciatura Plena com curso de formação específica na área de música (360 horas)								
Psicólogo	Hab. Legal para exercício da profissão de Psicólogo	20h	R\$ 3.841,65	X				3	R\$ 165,00
Serviçal	Ensino Médio Completo	40h	R\$ 1.068,91	X				10	R\$ 77,00
Técnico em Contabilidade	Hab. Legal para exercício da profissão de Técnico em Contabilidade	32h30min	R\$ 2.336,35	X				1	R\$ 77,00
Técnico em Enfermagem	Ensino Médio Completo Habilitação em Enfermagem c/ Registro no COREN	32h30min	R\$ 2.336,35	x				1	R\$ 77,00
Técnico em Farmácia	Médio Profissionalizante em Farmácia ou Médio Completo mais Curto Técnico em Farmácia	40h	R\$ 1.527,20	X				2	R\$ 77,00
Técnico de Informática	Ensino Médio Completo, habilitação em Informática ou Processamento de Dados	32h30min	R\$ 2.204,11	X				1	R\$ 77,00
Técnico em Segurança do Trabalho	Curso de Técnico em Segurança do Trabalho em Nível Médio reconhecido pelo MEC; Inscrição Definitiva de	32h30min	R\$ 2.204,11	X				1	R\$ 77,00

Rua 15 de novembro, 539, Centro - Ijuí, RS

CEP: 98700-000

Telefone: (55)3331-8200

MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO



	Técnico em Segurança do Trabalho, com registro Ministério do Trabalho								
Técnico em Topografia	Curso Técnico de Nível Médio em Topografia, geométrica, feodésia e cartografia ou agrimensura, com Registro no respectivo conselho.	40h	R\$ 2.204,11	X				1	R\$ 77,00
Telefonista	Ensino Médio Completo	32h30min	R\$ 1.043,34	X				2	R\$ 77,00
Tesoureiro	Superior nas áreas de Ciências Contábeis; Administração de Empresas; Administração Pública; Economia e Direito.	32h30min	R\$ 4.072,18	X				1	R\$ 165,00

* O vencimento básico acima informado refere-se ao mês de agosto/2019, os quais acompanharão as revisões que ocorrerem a partir da referida data.

** CR – cadastro de reserva.

3 - DOS VALORES ESTIMADOS PARA TAXA DE INSCRIÇÃO E PROJEÇÃO DE INSCRITOS

Os valores médios estimados para as taxas de inscrição são de: R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais) para os cargos de nível superior; R\$77,00 (setenta e sete reais) para os cargos de nível médio/técnico e R\$ 33,00 (trinta e três reais) para os cargos de nível Fundamental. Os valores para fins de taxa inscrição estão vinculados ao Cód. Tributário (Lei Complementar 6.742 de 31 de dezembro de 2018) art. 87, parágrafo único, inciso III, tabela VIII. (Ensino Fundamental 0,3UF – Ensino Médio 0,7UF – Ensino Superior 1,5UF. (UF R\$ 110,07).

4 – DOS PRODUTOS DE INFORMAÇÃO A SEREM ENTREGUES:

4.1 Constituem, entre eventuais outros, produtos de informação a serem entregues pela Contratada ao Contratante, os seguintes:

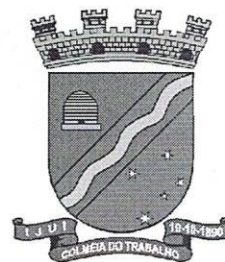
- a) Relatórios finais impressos e em meio magnético, contendo:
 - 1) Estatísticas de incidências de marcação de cada item em cada questão;
 - 2) Candidatos aprovados e reprovados;
 - 3) Endereços dos candidatos aprovados.
- b) Cópias dos relatórios produzidos durante o Concurso.
- c) Base de dados informatizada de consulta a informação dos candidatos aprovados, tais como dados pessoais, opções no Concurso, nota nas disciplinas e a sua situação final.
- d) Os arquivos relacionados ao concurso público deverão ser apresentados de forma clara e organizados em formato (PDF) que possibilite fácil operação e impressão.
- e) Envio de toda a documentação relativa ao Concurso, acondicionado em envelope lacrado, para arquivamento nas

Rua 15 de novembro, 539, Centro - Ijuí, RS

CEP: 98700-000

Telefone: (55)3331-8200

MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO



dependências da Secretaria Municipal de Administração de Ijuí- RS.
f) Outros documentos e informações complementares que a Comissão Geral do Concurso requerer a contratada.

5 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

5.1 Os prazos para execução das etapas do concurso são os que seguem abaixo:

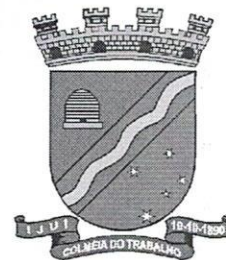
ATIVIDADES	PERÍODOS/PRAZOS
Publicação do Edital	Até 20 dias após assinatura do contrato
Inscrições	30 dias corridos (pela internet)
Emissão dos Cartões de Inscrição (site oficial)	No máximo, até 10 dias antes da data de realização das provas.
Execução da Prova Escrita	Impreterivelmente 01 único dia
Publicação dos Gabaritos Preliminares Concorrência Oficial Definitiva	Até 24 horas após a realização das provas
Entrega de recursos contra questões da prova objetiva e Gabarito oficial Preliminar	03 dias corridos
Publicação do Gabarito Oficial Definitivo	Até 15 dias após o prazo para recursos contra questões da prova objetiva e Gabarito oficial Preliminar
Publicação dos Recursos (Questões e Gabaritos)	
Publicação do Resultado Oficial Preliminar	
Prazo para entrega de Recursos contra o Resultado Oficial Preliminar (Prova Objetiva)	03 dias corridos
Publicação do resultado dos Recursos (Resultado Oficial Preliminar)	Até 15 dias após o prazo de Recursos contra o Resultado Oficial Preliminar
Envio de Documentos - Prova de Títulos	03 dias corridos após a publicação do resultado dos recursos contra o resultado preliminar
Publicação do Resultado Preliminar da Prova de Títulos	Até 15 dias corridos após o encerramento do prazo para envio dos documentos para prova de títulos
Prazo para entrega de Recursos contra o resultado Oficial Preliminar (Prova Títulos)	03 dias corridos
Publicação dos Recursos (Prova de Títulos) + Publicação do Resultado Oficial Definitivo	10 dias corridos após o encerramento para envio dos recursos contra o resultado Oficial Preliminar (Prova Títulos)

5.2 Os prazos de que trata o cronograma de execução poderão ser alterados mediante prévia comunicação da contratada, por escrito, e concordância da Comissão Coordenadora do Concurso e da Autoridade Superior, cujos ajustes serão formalizados mediante regular termo de aditamento.

6 – ESTIMATIVA DE CANDIDATOS INSCRITOS:

6.1. O concurso público a que este Termo de Referência se refere, visa ao preenchimento de **47 cargos** vagos do quadro de pessoal efetivo desta municipalidade, bem assim, tem-se a perspectiva de que o

MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO



certame **recrute aproximadamente 12.000 (doze mil) candidatos**, conforme as estatísticas do último concurso (edital nº001/2015) realizado por este município.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019

PROCESSO Nº 1020/2019

ANEXO XI

PLANILHA DE ORÇAMENTO ESTIMADO

Lote	Item	Cód.	Descrição	Valor total (R\$)
1	1	3331	Contratação dos Serviços para realização de Concurso Público nos cargos abaixo relacionados devendo a empresa contratada elaborar todos os editais pertinentes ao concurso, efetuar todo processo de inscrição dos candidatos, (cobrança de taxa, ficha de inscrição, homologação, etc) bem como a elaboração, aplicação e correção da prova escrita e prova prática, de capacidade física e de títulos, elaboração e fornecimento dos programas; análise dos recursos interpostos pelos candidatos; elaboração das provas específicas para os candidatos com deficiência física, mental, auditiva ou visual; sorteio público dos candidatos empatados; fornecimento do local para aplicação das provas, bem como dos fiscais das mesmas, enfim todos os procedimentos e materiais necessários ao processamento do concurso, com fulcro na Constituição Federal, na Legislação Municipal, especialmente as Leis Municipais vigentes, que dispõe sobre as normas gerais reguladoras dos concursos públicos do Município de Ijuí – Poder Executivo. Os serviços deverão ser executados conforme especificações técnicas elencadas no Termo de Referência (Anexo X deste edital).	182.677,75